

A Comunicação e a Disputa por Espaço Ideológico¹

Francisco José de Sousa²

Leandro Alves Barbosa³

Paulo Júnior Silva Pinheiro⁴

Faculdades Nordeste - FANOR, Fortaleza, CE

RESUMO

O presente artigo apresenta a contribuição da comunicação alternativa para a divulgação de ideias de parcela da população brasileira que não tem acesso a divulgação nos grandes veículos de comunicação e a disputa pela hegemonia cultural na sociedade civil. A partir das teses de diversos estudiosos sobre a imprensa, analisamos as implicações do protagonismo ideológico dos meios de comunicação nas manifestações populares de 2015. Ao mesmo tempo, baseando-se na noção de contra-hegemonia proposta por Cecília Peruzzo, Cláudia Costa, Dênis de Moraes, Louis Althusser e Silvia Araújo, o texto avalia espaços e estratégias de difusão da comunicação alternativa e o comprometida dela com a diversidade informativa e o pluralismo de opiniões.

PALAVRAS-CHAVE: Comunicação; Mídia; Hegemonia; Contra-hegemonia; Poder.

1. INTRODUÇÃO

A comunicação sempre desempenhou um importante papel na história da humanidade. Os desenhos nas paredes das cavernas produzidos durante a pré-história, demonstram que o homem usou diversos elementos para se expressar e informar outros indivíduos sobre as suas proezas, as suas realizações. Pergaminhos eram usados para registrar crônicas que narravam fatos importantes ocorridos durante a Idade Média. Com a desenvolvimento da escrita, as cartas passaram a ser a principal fonte de informação entre as pessoas.

No entanto, foi graças ao desenvolvimento da prensa, por Johannes Gutemberg, dos caracteres móveis e o uso da tinta a base de óleo, que as mudanças na comunicação

¹Trabalho apresentado no DT 07 – Comunicação, Espaço e Cidadania do XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste realizado de 2 a 4 de julho de 2015.

² Graduando do 6º semestre do curso de Jornalismo e-mail: franzedesousa@gmail.com

³ Estudante do 7º. Semestre do Curso de Jornalismo, email: alvaresleandro10@gmail.com

⁴ Orientador do trabalho. Professor do Curso de Jornalismo da Fanor | DeVry Brasil, email: paulojr.pinheiro@gmail.com

ocidental tomaram um novo rumo, modificando as relações econômica, política, religiosa e social em todo o mundo conhecido.

No final do século XIX e início do século XX, a imprensa passa por um grande processo de evolução e se estende mundialmente, atingindo uma grande parcela da população na Europa e nos Estados Unidos. Com a expansão dos veículos de comunicação, surgem as primeiras empresas responsáveis por abastecer os jornais com informações locais e globais.

Ao contrário de outras partes do mundo, a imprensa no Brasil surge ligada ao poder Real através do decreto do príncipe regente D. João VI, em 13 de maio de 1808, com o nome de Imprensa Régia. dela se origina o primeiro jornal impresso no país, a Gazeta do Rio de Janeiro, em 10 de setembro de 1808.

Na primeira fase da República, o jornalismo brasileiro passa por um processo de transformação, deixando de ser propriedade exclusiva do Estado, ainda que permaneça aliado a ele. As notícias passam a ser produzidas por empresas estruturadas e nesse mesmo período, surge Os Diários Associados, criado pelo magnata das comunicações brasileiras, Assis Chateaubriand, e a figura de Irineu Marinho, que funda o Jornal O Globo.

Em contraponto ao caráter empresarial que a grande imprensa assume, surgem jornais produzidos por grupos sociais específicos, como a imprensa operária, voltada para a classe proletária emergente.

A existência desses dois modelos de veículos de comunicação ligados a classes sociais diferentes, de um lado a burguesia que deseja o fortalecimento do sistema econômico capitalista, e de outro, o proletariado que assume a tarefa de desenvolver a consciência política e a organização dos trabalhadores brasileiros em busca de uma sociedade diferente, darão início a disputa por interesses ideológicos antagônicos.

Neste trabalho estaremos discutindo o papel da imprensa brasileira em relação a esses conflitos de interesses, e aos fatos relacionados as manifestações populares e propondo uma reflexão sobre a quem interessa o domínio desse importante instrumento de informação e comunicação como forma de divulgação e defesa de um projeto ideológico.

2. ORGANIZAÇÃO DA CLASSE OPERÁRIA NO BRASIL

Nessa parte do estudo, faremos um recorte das experiências de organização do operariado brasileiro, trabalharemos as lutas do proletariado como forma de organização dos movimentos populares⁵. Consideraremos o período de mobilizações a partir do início do processo de industrialização no Brasil, no final do século XIX. Momento que o país saía de um contexto de utilização do trabalho escravo e a economia se baseava na produção de monocultura do café para exportação.

Foi com o capital do café e subordinado aos interesses do capital financeiro inglês que surgiram as primeiras indústrias no país. O desenvolvimento do capitalismo trouxe consigo o início de uma nova classe; o proletariado.

Com o fim da escravidão e a falta de mão de obra especializada, os empresários brasileiros, com a ajuda do governo, passaram a contratar mão de obra estrangeira, principalmente italianos e espanhóis. As condições de vida para os trabalhadores⁶ eram precárias e as jornadas de trabalho muito longas, chegando até 20 horas por dia para homens, mulheres e crianças. A inexistência de uma legislação trabalhista permitia a super exploração do trabalho, as péssimas condições de higiene nas fábricas, falta de água para consumo, transporte, luz, entre outras coisas.

Procurando minimizar o sofrimento imposto pela burguesia, os trabalhadores criaram as primeiras formas de organização da classe operária. Foram organizadas as Sociedades de Socorro Mútuo e Uniões operárias, que tinham o objetivo de ajudar os associados no caso de doenças, invalidez, desemprego, pensões para as viúvas. Entre elas podemos citar: Liga Operária, União Mútua, Sociedade Beneficente Operária e Coletivo Operário.

Mesmo trazendo para a cidade às características da vida agrária como: individualismo, comodismo e submissão ao senhor/patrão, o operário brasileiro foi influenciado pelas ideias dos trabalhadores europeus e, juntos, passaram a procurar

⁵ No Brasil, desde a chegada dos portugueses, aconteceram diversas formas de organização e manifestações populares, como por exemplo, o Quilombo dos Palmares (1690), a Revolução dos Cariris no Ceará (1712), o Movimento Cabanagem (1831), a Balaiada (1838) e a Greve Geral de 1917. Ao organizar esse trabalho, temos consciência das lacunas deixadas com o levantamento sobre o período de organização dos movimentos sociais. No entanto, não podendo trabalhar com todas, iniciaremos esse trabalho com organização dos trabalhadores a partir do início do processo de industrialização no país.

⁶ Doravante esse termo será usado para se referir ao masculino e feminino.

formas de organização para lutar por melhoria nas condições de trabalho, era o início da principal forma de pressão dos trabalhadores sobre os empresários: a greve.

[...] no limiar do confronto entre as classes sociais e sob efeito da luta da classe operária em formação [...] Imigrantes e trabalhadores nacionais formam grupos que se associam para refletir sobre as difíceis condições de vida do proletariado urbano, fazendo emergir o conflito de classes. (ARAÚJO; CARDOSO, 1992, p.22).

Com a vitória do movimento, os trabalhadores entenderam que era necessário uma maior participação e organização da classe operária. Com isso, deram início a criação de associações de trabalhadores que tinham como função defender seus interesses. Assim nasceram os sindicatos e federações.

As novas ideias contribuíram para a criação de condições que possibilitaram o surgimento da organização dos trabalhadores, superando a tradição das antigas corporações assistencialistas e mutualistas. As novas entidades de classe tinham como base a crítica social ao capitalismo, adotando gradualmente a estratégia do sindicalismo revolucionário, nascida na Europa e que viria a dar corpo ao que ficaria conhecido por anarco-sindicalismo.

Apesar da negativa do governo em reconhecer a sua existência, os sindicatos funcionavam como instrumento de organização das lutas, solidariedade, lazer, atividades culturais e locais de reuniões dos trabalhadores. Eles se formaram entre a ilegalidade e a tolerância vigiada do Estado.

Com o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, surgiram novas formas de produção e distribuição dos bens produzidos nas indústrias. Comércio, serviços, sistema financeiro, passaram a absorver força de trabalho. Além disso, o desenvolvimento do Estado como órgão de controle e manutenção do sistema econômico e político, passa a contratar trabalhadores nas mais diversas áreas do serviço público para fortalecer e defender a ideologia capitalista, impedindo a ascensão de grupos contrários a manutenção da ordem imposta pela elite dominante.

[...] o Aparelho de Estado (AE) compreende: o Governo, a Administração, o Exército, a Polícia, os Tribunais, as Prisões, etc., que constituem aquilo a que chamaremos a partir de agora o aparelho repressivo de Estado. Repressivo indica que o Aparelho de Estado em questão «funciona pela violência», - pelo menos no limite (porque a repressão, por exemplo administrativa, pode revestir formas não físicas). (ALTHUSSER, 1970, p.43)

Com o fortalecimento do Estado e a necessidade de superar as questões econômicas, os trabalhadores procuram novos mecanismos de organização que pudessem massificar a luta e orientar a classe trabalhadora, incluir a parte da sociedade insatisfeita com a realidade social imposta pela burguesia e a consequente tomada do poder.

A influência da Revolução Russa em 1917, permitiu que uma dissidência anarquista fundasse, em 1922, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), atraindo um número expressivo de trabalhadores para o comunismo. A criação de um partido ligado aos trabalhadores, marcou o início de uma nova fase no movimento operário brasileiro. O objetivo do PCB era seguir o exemplo dos russos e dirigir a revolução no Brasil.

Diante do fracasso da tomada de poder, do constante avanço do capitalismo, da concentração da riqueza nas mãos de uma minoria e o descrédito na gestão político-administrativa do Estado “chegou-se a um ponto alto no que toca à violação dos direitos humanos universais, à deterioração das condições de existência da maior parte da população, ao aviltamento da pessoa” (PERUZZO, 2004, p.29).

Com isso, novos atores sociais entram em cena, exigindo maior participação de direitos e condições de vida mais digna. Essas novas camadas sociais procuram interferir no processo decisório do país, articulando-se em torno de um projeto autônomo que possa concentrar os esforços em torno de uma necessidade ou reivindicações específicas.

No final da década de setenta, setores das classes subalternas, que durante 21 anos de ditadura (1964-1985) se viram afastados do acesso pleno à cidadania, começam a denunciar, a resistir, a organizar-se em torno da reivindicação de seus direitos. É quando “*novos personagens entram em cena*”⁷, constituindo-se no Brasil inteiro, nos últimos anos daquela década e nos anos oitenta, milhares de novos movimentos sociais populares e sindicais. (PERUZZO, 1998, p.30/31).

Os movimentos sociais em sua maioria passam a aglomerar diversas matizes de pensamentos ideológicos, admitindo a participação de setores ligados aos partidos políticos, sindicatos, religião, pequenos empresários, trabalhadores autônomos e trabalhadores do campo e da cidade. Sendo, portanto, mais organizado e mais democrático que os partidos.

⁷ PERUZZO, apud SADER (1988)

3. AS MANIFESTAÇÕES POPULARES DE MARÇO DE 2015

Em 2014, depois do último pleito eleitoral que culminou com a reeleição da candidata do Partido dos Trabalhadores (PT), Dilma Rousseff, à presidência da República Federativa do Brasil, à consequente derrota do candidato do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Aécio Neves, e as acusações de corrupções envolvendo funcionários de órgão públicos, empresas privadas, parlamentares e pessoas ligadas ao executivo federal, diversas manifestações populares foram organizadas por todo o Brasil.

No ano seguinte, após a posse da candidata eleita, as demonstrações de sentimento aos fatos ora denunciados pela Polícia Federal e Ministério Público, intensificara-se ainda mais. Milhares de pessoas saíram às ruas das principais cidades do país para expor sua indignação em relação ao governo de Rousseff. Em alguns casos, reclamando dos “crimes” ocorridos, exigindo o impeachment da presidenta e, em casos mais extremos, à intervenção militar.

Do outro lado, trabalhadores, exigindo mudanças estruturais no sistema político (fim do investimento privado em campanhas eleitorais, reforma política, democratização dos meios de comunicação e manutenção das conquistas trabalhistas), maior rigor na apuração das denúncias e ampliação da investigação para além da esfera federal e do período governado por candidatos ligados ao PT. Para esse grupo, os crimes não estão restritos ao poder executivo, envolvem parlamentares de diversos partidos existentes na Câmara de Deputados e no Senado, inclusive o candidato do PSDB derrotado nas urnas.

Pesquisa divulgada pelo Data Folha⁸, o público presente nas manifestações está diretamente ligado aos candidatos do PT e PSDB. De acordo com a pesquisa, “no universo dos 210 mil manifestantes que lotaram a Av. Paulista no domingo (15), 82% declararam ter votado no tucano Aécio Neves no segundo turno da eleição presidencial de 2014 [...] na sexta (13) 71% dos presentes votaram nela (Dilma)⁹”. (Folha online, 2015/03)

⁸ Institutos de pesquisa do Jornal Folha de São Paulo.

⁹ Grifo nosso!

Nessa conjuntura, onde o povo exerce seu papel de cidadão saindo às ruas do país exigindo mudanças sociais e políticas (inclusive o direito de não ter direitos)¹⁰, o início do ano começa agitado. Diversos partidos políticos envolvidos com doações irregulares, escândalos de corrupção, a “tentativa de enfraquecer o governo Dilma”¹¹ e a participação massiva da população brasileira¹² em manifestações de rua, fizeram com que jornalistas ligados à grande mídia e a imprensa alternativa, estivessem presente aos eventos para registrar os fatos e divulgá-los à população brasileira através dos veículos de comunicação em que trabalham.

4. A IMPRENSA ALTERNATIVA

Vivemos em um país em que o monopólio dos grandes veículos de comunicação tem uma forma diferenciada de tratamento na divulgação de informações sobre temas relacionados às manifestações dos trabalhadores.

Esse comportamento em relação a organização da classe operária, não é recente, tem início com o processo de desenvolvimento industrial no Brasil, à conseqüente chegada de trabalhadores vindos da Europa para substituir a mão de obra escrava e o processo de organização dos trabalhadores na luta por melhores condições econômicas.

Ao mesmo tempo que prosperam as fábricas, cresce a forma de organização da classe operária em busca de organismos de defesa de seus interesses. Com isso, surge a necessidade de criar mecanismos de comunicação para divulgação das formas de combate a super exploração da mão de obra e dos baixos salários. Além da divulgação das reivindicações e das lutas, esses veículos surgem para se contrapor às empresas de comunicação que estavam a serviço dos empresários.

[...] portadora de conteúdos críticos e reivindicativos capazes de conduzir à transformação social; ela concretizar-se-ia pelos meios “alternativos”, como contra comunicação da cultura subalterna, colocada em antagonismo com a comunicação de massa [...]. (PERUZZO, 1998, p.119).

¹⁰ Durante as manifestações, parte do público exigiu uma ditadura militar no país. Assim estariam cedendo os direitos conquistados com a Constituição de 1988 que em seu 1º Artigo (parágrafo único) afirma que; “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente nos termos desta Constituição”.

¹¹ Frase muito usada nos principais na grande imprensa e dos veículos de comunicação alternativo.

¹² Parte dos veículos de comunicação estimam que apenas em São Paulo, mais de 1 milhão de pessoas compareceram à manifestação da Av. Paulista.

Essa imprensa alternativa¹³ se apresenta com uma importante ferramenta de combate ao discurso ideológico das empresas de comunicação e, ao mesmo tempo, oferece uma contrainformação para se opor a uma informação ideológica. Ao invés de admitir que a realidade é totalmente expressa pela mídia dominante, denuncia a interpretação tendenciosa da mesma realidade, oferecendo uma opinião oposta.

Sob a bandeira do anarquismo, ela nasceu, cresceu e ganhou impulso com a fundação da Confederação Operária Brasileira (COB). Era uma imprensa tão fértil que entre o final do século XIX e início do XX existiam no país mais de 1300 jornais, muitos em línguas estrangeiras, quase todos criados por iniciativa de intelectuais, que exerciam enorme influência na divulgação das suas ideias políticas entre os trabalhadores. Resistente a pressão das grandes empresas de comunicação e seu discurso ideológico, esse modelo de comunicação popular e alternativo permanece ativo até os dias de hoje.

5. O DISCURSO DA GRANDE IMPRENSA

A grande imprensa, liderada pelos principais veículos de comunicação como Rede Globo, SBT, Folha de São Paulo e Veja, fez a cobertura jornalística com informações e opiniões a respeito das manifestações de março.

No entanto, esses veículos apresentaram, de forma diferenciada, as duas atividades. Além do forte discurso ideológico, o espaço e a forma de apresentação dedicada a cada manifestação foi realizado de forma diferente. Seus representantes tomaram posição clara a respeito das manifestações de 13 de março. Entre eles, Augusto Nunes, colunista da revista *Veja*,¹⁴ escreveu que “o exército do Stédile, as legiões de votos de Lula, os batalhões de militantes do PT, os guerreiros dos movimentos sociais — tais fantasias só sobrevivem na discurseira vigarista”. (*Veja Online*, 15/03).

Ao comentar sobre o discurso da grande imprensa, Claudia Costa argumenta que esse tipo de “jornalismo divorciou-se do modelo clássico de fazer jornal. [...] o relato cotidiano dos acontecimentos de interesse público, conforme as normas de objetividade, neutralidade e imparcialidade jornalística, é um bem em estado crítico”. (COSTA, 2010, apud MARSHALL, 2003, p. 28).

¹³ Nesse trabalho estaremos nos referindo à imprensa sindical, popular e comunitária como imprensa alternativa.

¹⁴ A revista *Veja* é O Grupo Abril é um dos maiores e mais influentes grupos de Comunicação da América Latina.

6. O DISCURSO DA IMPRENSA ALTERNATIVA

Para se contrapor ao discurso dominante nos meios de comunicação, a imprensa alternativa expressou sua posição em relação às manifestações e a forma como foram divulgadas na grande mídia.

De acordo com Peruzzo, esse modelo de imprensa alternativa é um espaço de divulgação dos anseios da classe menos favorecida que não tem acesso a mídia tradicional.

[...] é um espaço de comunicação democrática, vinculada aos interesses dos segmentos subalternos da população, tanto em sua metodologia quanto em sua forma e em seu conteúdo. Isto evidencia-se nos fatos de ela: significar a abertura de novos canais para segmentos sociais sem garantias de acesso aos meios massivos para expor suas ideias e suas reivindicações; ser portadora de uma nuance democrática por transmitir informações a partir das bases; ser constituída pelo ambiente onde se situa e ajudar a constitui-lo; participar na manifestação dos conflitos entre as classes sociais nos campos de interesse e da hegemonia [...]. (PERUZZO, 1988, p.126).

Contrariando o discurso dominante dos *mass media* e dos veículos impressos, as entidades sociais utilizaram-se do ciberespaço¹⁵ e os jornais impressos para divulgar a sua indignação diante do atual governo, questionar a forma como a grande mídia se posiciona diante dos graves problemas do país e, ao mesmo tempo, propor soluções para os problemas políticos, econômicos e sociais que inquietam a maior parte da sociedade brasileira.

Mesmo tendo um alcance bem menor que o da grande mídia, e dirigido para um público específico, esses veículos apresentaram as manifestações populares com um contexto diferente. O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT) utilizaram a internet e jornais impressos para cobrar do governo a defesa dos direitos dos trabalhadores, protestar contra as medidas provisórias com cortes de direitos e o projeto da terceirização em discussão no Congresso; a defesa da Petrobras; a reforma tributária com taxação de grandes fortunas e a democratização dos meios de comunicação e da política, que aponte para a convocação de uma Constituinte.

¹⁵ Espaço ou conjunto das comunidades de redes de comunicação entre computadores, notadamente a Internet.

[...] essa linha conjuga a pressão sobre o governo ao enfrentamento aos inimigos das mudanças sociais, como os agentes neoliberais que conspiram para diminuir o papel do Estado na economia, o sistema político que quer mutilar o governo, os empresários que atuam para flexibilizar a legislação trabalhista, as petroleiras estrangeiras com interesse em explorar o pré-sal, os milionários que não querem pagar impostos e a oligarquia que controla o Congresso Nacional e as redes de TV/rádio” (MST Online, 24.04).

Apesar do antagonismo das propostas existente nas duas manifestações é possível identificar um forte discurso ideológico utilizado nos dois tipos de veículos de comunicação. No entanto, os veículos de comunicação sob o domínio dos oligopólios midiáticos, conseguem maior alcance geográfico, tempo indeterminado para apresentar e defender suas ideias, formas diferentes de agendar seus programas e utilizar personagens de destaque para conquistar um público diversificado. O que não é possível para outros veículos de comunicação.

[...] portadora de conteúdos críticos e reivindicativos capazes de conduzir à transformação social; ela concretizar-se-ia pelos meios “alternativos”, como contra comunicação da cultura subalterna, colocada em antagonismo com a comunicação de massa [...]. (PERUZZO, 1998, p.119).

CONSIDERAÇÕES

O acesso à informação e a comunicação são direitos essenciais para o exercício da cidadania e para o aprofundamento da democracia. Portanto, a comunicação não pode ser encarada como ferramenta de consumo que são geradas por um número restrito de produtores. A política pública dos meios de comunicação deve intensificar as ações que compreendam a comunicação como instrumento, meio e linguagem para a promoção do desenvolvimento e a produção de conteúdo das várias realidades regionais e a diversidade cultural do povo brasileiro.

Ainda que a informação seja um direito fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade democrática, os trabalhadores e parte da sociedade que não concordam com ideias defendidas pela elite brasileira, não conseguem expressar sua forma de pensar e estão excluídos de um debate mais aberto com público e resistem ao discurso dos proprietários dos grandes veículos de comunicação criando novos mecanismos para divulgar suas propostas.

De um lado, movimentos sociais desejam maior participação nos meios e exigem o estabelecimento de novas regras de funcionamento de um setor que se modifica rapidamente. De outro, empresas que não aceitam debater o assunto e acusam os movimentos sociais de quererem interferir e censurar a imprensa, com esse discurso procuram, a todo o momento, manter o domínio sobre os meios de comunicação.

O debate sobre a diversificação dos meios, que permita uma maior participação da população, em especial os trabalhadores, é um tema de relevada importância que precisa ser aprofundado em um constante debate com a sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Silvia; ALCINA, Cardoso. **Jornalismo e Militância Operária**. Paraná: UFPR, 1992.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do estado**. Lisboa: Editorial Presença, 1970.

BANDEIRA, Carlos. Movimentos pisam no acelerador e conclamam lutas sociais para cobrar o governo e encarar a direita. **MST Online**. Belo Horizonte, 03 de abr. de 2015. Disponível em <<http://www.mst.org.br/2015/04/03/movimentos-pisam-no-acelerador-e-conclamam-lutas-sociais-para-cobrar-o-governo-e-encarar-a-direita.html>>. Acesso em 24.04.2015.

COSTA, Claudia. **Comunicação Sindical no Brasil: breve resgate e desafios**. São Paulo: Sundermann, 2010.

PERUZZO, Cicília Maria Krohling. **Comunicação nos Movimentos Populares**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1988.

FERRAZ, Lucas. A maioria foi às ruas contra a corrupção, diz Data Folha. **Folha de São Paulo Online**, São Paulo 17 de mar. de 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1603885-maioria-foi-as-ruas-contracorrupcao-diz-datafolha.shtml>>. Acesso em 29.03.2015.

NUNES, Augusto. As manifestações de 2015. **Veja Online**, São Paulo, mar. de 2015. Seção Ponto de Vista. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/augusto-nunes/direto-ao-ponto/as-manifestacoes-de-15-de-marco/>>. Acesso em 01.04.15.